

HISTÓRICO PGC

- 1967 - "descoberta" jazida ferro Carajás pela US Steel (sua subsidiária Meridional de Mineração) - após mudança legislação - Novo Código de Mineração contendo dispositivos que permitem a aplicação de capitais privados na pesquisa mineral - anteriormente, decreto 58.733 - 27.6.66 - estabeleceu acordo com EUA para aerolevantamentos e elaboração de cartas por sensoriamento remoto - condições humilhantes do Brasil nesse acordo que permitia aos EUA ampliar informações sobre patrimônio mineral brasileiro
- out. 1969 - US Steel dividiu (50%) com CVRD os títulos de alvarás de pesquisa para minério de ferro (emitidos pelo MME) cobrindo área de 160 mil ha
- 1970 - consórcio US Steel-CVRD - AMZA (Amazônia Mineração) p/ exploração ferro Carajás
- 1971 - CVRD funda subsidiária DOCEGEO para pesquisa bens minerais (fugindo dependência comércio ferro)
- [década crise internacional- multinacionais retiram-se pesquisa mapeamento CPRM/RADAM/DOCEGEO]
- [ago.1973 - Eng^o Raymundo Pereira "ascarenhas (então e atual pres. CVRD) admitiu ato de "magnanimidade" da US Steel - Meridional de Mineração "abdicou" de seu direito e "cedeu" 50% das jazidas à CVRD-("vergonha" que seria denunciada pelo Dep. Lysâneas Maciel - MDB-RJ- em discurso na Câmara no dia de sua cassação: poder concedente não era mais a União Federal e sim uma multinac! CVRD era líder do consórcio MAS Meridional tinha poder de veto - CVRD era mera agenciadora de vendas, presença formal]
- 1974 - AMZA obtém direito de lavra para Carajás (100.000 ha)

- 1976 - visita Geisel ao Japão configura projeto alumínio
ALBRÁS-ALUNORTE (Nippon Amazonian Aluminium LT - CVRD)
- início construção UHE Tucuruí - necessidade suprir energia
para ALBRÁS (Barcarena - PA)
- AMZA (i.e. US Steel) define-se pela construção ferrovia
ligando a Serra dos Carajás aos portos de Itaqui (reforma)
e Ponta da Madeira (construção) - MA - 890 km
(opção técnica ferrovia-porto em função da política de
exportação de minério de ferro, agregada às exigências
das multinacionais: porto de águas profundas para navios
de grande porte para a Ásia, em condições competitivas
com Austrália e África do Sul)
- 1977 - * desfeito consórcio US Steel - CVRD (US Steel recebeu
indenização de 50 milhões de dólares

* Est. do Pará vendeu área jazida Carajás para a CVRD
(412 mil ha) - operação cancelada devido críticas
(extensão da área)

- 1979 - Projeto Ferro ressuscitado com gov. Figueiredo
- CVRD assessorada por empresa japonesa - JICA - preparou
um plano integrado de desenvolvimento envolvendo, além do
Projeto Ferro (PFC), um plano global de exploração de
recursos para exportação - segmentos minero-metalúrgico,
agroindustrial, pecuária - Estudo Preliminar do Desenvol-
1980 vimento Regional do Corredor de Carajás no Brasil, março 80

↘ em função do início PFC - mina/ferrovia/porto e da decisão
da ALCOA (planta de alumínio em São Luís - ALUMAR) foi
criado o PGC na SEPLAN para coordenação ações setoriais
PGC não é personalidade jurídica - corpo de técnicos que
assessoram o Conselho Interministerial - 10 ministros (e
3 governadores agora) - [pres. Min. Planejamento - criado
por decreto-lei nº 1.813 de 24.11.80 - institui regime
especial de incentivos fiscais para os empreendimentos
integrantes do PGC - isenção, por 10 anos, de IR, IPI, ICM]

[abril 1981 - Amazônia Oriental: Plano Preliminar de Desenvolvi-
mento, (Internacional de Engenharia - S/CVRD)]

1981 - Comissão de Ciência e Tecnologia - programa para assessorar área ambiental e tecnológica - nunca funcionou

- extinção AMZA - acervo incorporado à CVRD (SUCAR)

[dez.1981 - instrução MEAF 05/81 - área arrecadada: "Área objeto da concessão imediata de direito real de uso à CVRD" - regularização fundiária ?? - 429 mil ha

fev. 1982 - Projeto Grãos - EMBRAPA

abril 1982 - Diretrizes Gerais para Carajás Agrícola (minuta)

" " Convênio CVRD-FINA US\$ 13,6 mi

1982 - isenção fiscal especial para as empreiteiras de grandes obras (Camarago Correa, Odebrecht, etc.) que tinham maiores recursos a pagar (IR) - foram isentas desde que reinvestissem em outras áreas do PGC;

- CVRD obtém concessão direito de lavra manganês (metalurgia: empresas privadas)

1985 - fim da "Velha República" - PGC foi "democratizado" com inclusão governos estaduais e ministro CI & T

no CI

→ definições → ações → privatização CVRD? (Eduardo B → B. M. M. M.)

~~1986~~ 1986 - início reestruturação SE - resolução 14 (janeiro) do CI: novas regras reduzindo isenção IR em 50% e fazendo com que essa isenção seja canalizada através dos estados para obras de infra-estrutura econômica e social na área do PGC

set. 86 Plano Diretor - ~~FEISA~~ / CVRD
NATRON →

US\$ 4 milhões

condicionado em 88

conflicto PGC X CVRD

↓

defende
uso cavão

↓ sumar
condena

uso cavão

→ busca alternativa

estudos BIRD (C\$)

gas natural

babau

Jul 90 Polo Florestal da Amazônia Oriental { 2,5 milhões ha eucalipto